Rotunda do Marquês: «a cidade em si não cabia já» ou a monumentalidade (im)possível

José de Monterroso Teixeira

Cinquenta anos depois da inauguração dos trabalhos da abertura da Avenida da Liberdade (1879) a questão (nunca extinta) do pombalino volta ao debate público com os projectos de remodelação do Rossio.

O mito exorciza-se ciclicamente através da leitura ideológica a que a história recorre e atravessa a argumentação e a defesa das posições.

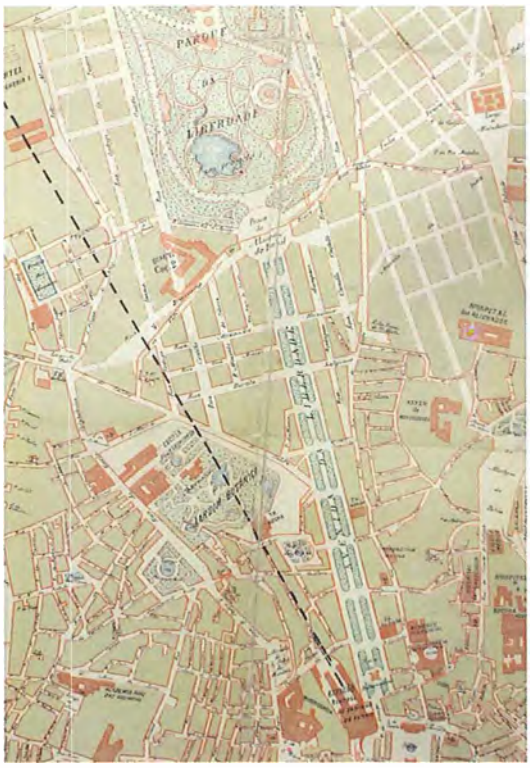
A lógica desenvolvimentista latente em todos os projectos de expansão da cidade e das infra-estruturas viárias sobrepunha-se ao mapa territorial e aos referentes simbólicos da cidade romântica embutida numa prática social que se coloca ainda na matriz da reconstrução setecentista.

No bucolismo *pompier* de Luciano Freire (1864-1935), num quadro recentemente valorizado (2000), uma ninfa esvoaça sobre os fumos poluentes de uma Alcântara fabril. Ameaça velada ao espírito citadino ou metropolitano, incompatível com os traços burgueses que identificava a sua concepção.

Sem o saber, Ramalho Ortigão (1874) contestava o princípio boulevardismo e a abertura da grande avenida a implantar entre os Restauradores e o Campo Grande e a dinâmica urbana que ela impunha, advogando a que «a cidade se recolhesse a casa, vivesse em família,...no presente funesto...». O desafogo da cidade, que era um imperativo, sofria ainda nesta altura admoestações desta ordem. Se recuássemos a 1853, conferíamos que na cerimónia de abertura do Caminho-de-Ferro de Leste (registado numa gravura da época), muito concorrida, foi levantado estrategicamente um pavilhão nos Olivais. Demarcava-se claramente uma mensagem política que queria dar indicadores ao país de uma nova política de transportes, uma nova capacidade tecnológica, sob uma nova consciência política de civilização de inspiração europeia. O crescimento e os eixos de expansão da cidade começaram a ser estabilizados.

Três anos depois D. Fernando II deambula mundanamente no Passeio Público (*vide* o quadro de Leonel Pereira, colecção do Palácio da Pena, Sintra) e a multidão que o acompanha sinaliza a evidência de que a cidade estava espartilhada, «em si não cabia já».

A ideia da grande avenida e abertura de um eixo de penetração norte germinava há décadas. O protagonismo robusto de Rosa Araújo que a própria envergadura física denotava, adoçado no anexim vulgar com que os alfacinhas o mimavam, *o Cocó*, alusiva aos pastéis que a sua famosa confeitaria fabricava diariamente para satisfação dos palatos locais, abalou todos os adiamentos. Rosa Araújo foi presidente da Câmara Municipal de Lisboa em 1878 e 1885 e logo no segundo ano do primeiro mandato arrancou com o projecto da Avenida.



Plan of Lisbon: and its harbour. 1898/des. Escala 1:85000. Caldeira Pires, Museu da Cidade

A planta de Lisboa de 1898 acusa já as novas situações urbanas, ao mesmo tempo manteve ainda marcas de arruamentos e de toponímia, herdadas da sua organização espacial ancestral. É o caso da antiga Azinhaga do Valle Pereiro e do Quartel do Valle Pereiro na área onde se desenvolve a Rua S. Francisco Nery que continuava depois na Estrada de Entre Muros a Campolide (hoje Rua Artilharia Um) e a Rua do Abarracamento do Valle Pereiro que depois deu a Rua Rodrigo Fonseca; a nascente abre-se a Rua da Penitenciária que mais tarde se vem a designar de Rua Castilho. Testemunho do passado, no ainda designado terrenos da Valle Pereiro, vemos ainda assinalado o Castelo da Torrinha construção hexagonal que embelezava a bacia paisagística que a prosa abrasiva de Eça continuava a desmerecer de simples «colina verde, salpicada de árvores nos terrenos do Valle Pereiro». No final do século XIX ainda o troço de arranque da que viria a ser a Fontes Pereira de Mello se designava de Rua do Valle Pereiro.

Marquês de Pombal
O que era a Avenida, o que deveria ser a Rotunda?

Quando em 1882 ocorre o segundo centenário da morte do Marquês de Pombal, surge a ideia de construir um grande monumento à grande figura da reconstrução da cidade *post*-terramoto. Lança-se simbolicamente a primeira pedra e o terreno do final da Avenida que estava a ser rasgado passa da designação genérica de rotunda para Praça do Marquês de Pombal.

Em aberto, por arrastamento, estava a questão da configuração do agora designado Parque da Liberdade, que se estendia da Rotunda até à Estrada da Circunvalação, enriquecido com a construção (1874-1885) dos edifícios da Penitenciária.

Urgia a estabilização do seu desenho, tanto mais que a inauguração solene da Avenida da Liberdade, em 1886, em consonância com as

cerimónias do levantamento da estátua aos Restauradores e ao desfile triunfal do casamento do príncipe D. Carlos, depois D. Carlos I, com a princesa D. Amélia de Orleães.

Neste mesmo ano um projecto utópico de Miguel Pais procurava maximizar a grandiosidade urbanística para potenciar monumentalmente à Avenida da Liberdade, que se estenderia e atravessaria o Parque da Liberdade, e em cujo coroamento se deveria colocar afinal a estátua do marquês. Visionamento faraónico, tirando partido e espectacularidade de uma diferença de cotas que daria o máximo impacto à estátua que viesse a ser erguida naquele topo.

Um ano depois (1887), um concurso internacional lançado por Ressano Garcia, colocava a questão do Parque noutros pressupostos e a Praça retomava o seu lugar de articulação entre a Avenida da Liberdade e a Avenida do Campo Grande. Nasceriam as avenidas com a quadrícula viária que hoje conhecemos (Silva, R.H., *Lisboa de Frederico Ressano Garcia*, 1874-1909, Lisboa, FCG, 1989 e *cat. do Passeio à Avenida. Os originais do Arquivo Municipal de Lisboa*, CML, 1998). Numa matriz romântica, Ressano Garcia reafirmava a opção morfológica do jardim fechado. Henri Lusseau ganhou com à-vontade o concurso com um *lay-out* que explorava naturalisticamente a orografia do terreno e mantinha a espontaneidade dos trajectos numa tradição de paisagismo à inglesa.

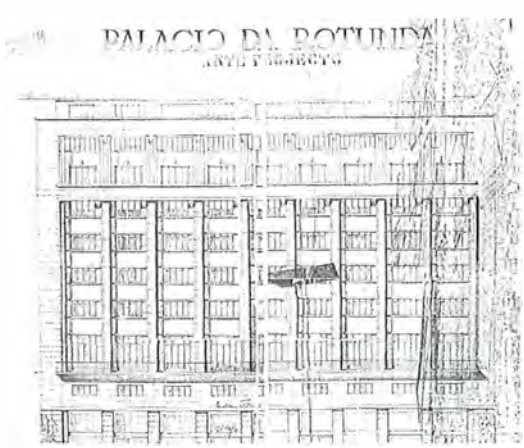
Em 1898, a rotunda, na sequência do acolhimento de eventos de diversa natureza que se estendiam da avenida até este local, é escolhida para a instalação de um projecto efémero mas de enorme relevância histórica nacional: A Feira Franca, pensada como um grande parque de diversões, por ocasião do quinto centenário do descobrimento da Índia, virá a determinar fisicamente o *plateau* que a Rotunda vem a adoptar. Foi projectada pelo arquitecto da Câmara Municipal de Lisboa José Luís Monteiro (1849-1942), em forma de hexágono ameado, que envolvia uma série de construções falantes no contexto dos festejos, onde se destacava o grande coreto em esfera armilar, e o espaço teatral em forma de elefante concitava a admiração e o gáudio de todos os visitantes (Braga, P.B., *in* cat. *Arte Efémera em Portugal*, Lisboa, FCG, 2000).

Rotunda (Palácio Sabrosa)

O palacete Sabrosa impressionava pela área da sua implantação distribuída por um quarteirão inteiro: Rotunda do Marquês, Avenida Fontes Pereira de Mello, Rua Camilo Castelo Branco e avenida Duque de Loulé.

Perfilava-se a residência no gaveto do Marquês com a Fontes Pereira de Mello com duas fachadas extensas, mas a principal projectava-se nesta avenida ou, como se dizia na altura, gozava de vista para o Parque. Na esquina com a Duque de Loulé via-se uma grande construção de apoio à habitação e que serviu durante a revolta republicana do 5 de Outubro de 1910, como hospital de sangue. Escala que denota a grande dimensão da residência, onde o arvoredo dos seus jardins se destacava dos restantes parques dos palacetes da cidade de Lisboa, que veio a ser semeado de pequenas construções.

Confirma-se que no final do século XX a residência principal estava construída e isso poderá



Projecto do alçado principal na Praça Marquês de Pombal, n.º 1 (Palácio da Rotunda), 1952. Arq. Pardal Monteiro (Processo de Obra n.º3.144, CML, A.O.)

Obras do metropolitano na Praça Marquês de Pombal. À esquerda, vêem-se os andaimes da construção do Hotel Ritz, 1955/1959. Fotografia de Judah Benoliel. Arquivo Fotográfico Municipal

explicar a opção por colocar a fachada principal na Fontes Pereira de Mello, que no fundo constituía como que a primeira pedra neste novo eixo, o arrastamento da definição urbana da praça era assim pragmaticamente ultrapassado. Assim, já em 1889, o proprietário Frederico Davidson apresenta um projecto para a reedificação da moradia (CML, A.O., Processo de Obra n.º 10456, P.D. n.º 495), o que faz pressupor um imóvel pré-existente.

Logo em 1903 a *Construção Moderna* (26.06.2003, n.º 99) publica o que designa de construções rústicas, executadas pelo arquitecto Norte Júnior. Tratava-se de uma cavalariça e aposentos para pessoal, um galinheiro e um pombal, em versão *cottage* popularizada e alguma robustez neo-românica. Constituíam adições pontuais a uma habitação de edificação já consolidada de anos. Reportando a alguns traços estilísticos, terá sido este arquitecto o autor do risco da residência principal ou pelo menos das adaptações promovidas pelo conde de Sabrosa em 1901.

A fachada denota uma influência de gramática neomaneirista com os seus cunhais, pseudo-pilastras, embasamento rusticado e o friso na cimalha muito pronunciado, que é produto desta adaptação. No interior, socorrendo-nos da magnífica descrição de Santos Tavares e do conjunto de fotografias publicadas na *Ilustração Portuguesa* (12), 25 de Janeiro de 1904, confirma-se aquela opção de linguagem artística. Vêem-se arcos de volta abatida, colunas jónicas e tectos de caixotões rectangulares na casa de jantar e no escritório do proprietário. Uma das salas, designada de Luís XVI, era toda mobilada com as aquisições obtidas pelo senhor conde de Sabrosa, considerado um grande

coleccionador na época, no leilão do marquês da Foz oriunda do Palácio dos Restauradores. Pintura e objectos da colecção Daupiás, outros da colecção Fernando Palha recheavam a grande diversidade de salas, num ecletismo fim de século, que tipificava o ambiente das grandes moradas deste período, por influência do gosto que as colecções Foz e outras espalhavam no meio alfacinha.

A instalação provisória do já referido hospital de sangue no palácio durante o 5 de Outubro mereceu um louvor do Ministro da Guerra do governo provisório ao seu proprietário, o 1.º conde de Sabrosa (1855-1937), que é quem o mandou reconstruir no final do século XIX.

Em 1929 o prédio viria a ser alienado «ao activo e confiado industrial hoteleiro», Alexandre Almeida, dono da Companhia dos Grandes Hotéis de Portugal, que já possuía nos Restauradores, o superlativo Hotel Avenida Palace (1890-92) projectado pelo arquitecto José Luís Monteiro (1849--1942). O Concelho de Arte e Arquitectura deu mesmo um parecer positivo e incentivou a construção de um Palace Hotel. Esta ideia não veio a ser concretizada e, em 1937, o hoteleiro vendeu-a com todos os seus terrenos à Companhia do Gás (v. Norberto Araújo, *Peregrinações*, s.d., p. 44).

E vai iniciar-se um novo ciclo na vida deste espaço com a abertura da sua demolição dois anos depois que se concretiza em 1940.

A grande propriedade é dividida em quatro lotes (três com frentes para a Praça Marquês de Pombal, e outro de retaguarda com fachada para a Camilo Castelo Branco), sendo o terreno que torneja com a Avenida Fontes Pereira de Melo e Praça Marquês de Pombal, segundo se apura no processo de obra, pertencentes a José de Sousa Bráz. Novamente é retomada a ideia de construção de um hotel, e o projecto é pedido ao arquitecto Carlos Ramos (1958), mas a ideia não vem a ser concretizada. Em 1964 o arquitecto Alfredo de Assunção Santos apresenta nova proposta para a construção do Hotel Marquês de Pombal.

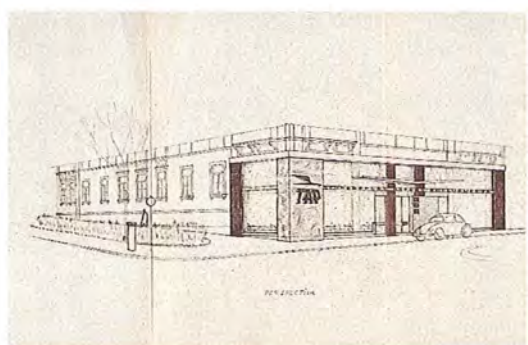
O edifício que começou a ser construído dentro do plano geral do Arquitecto Carlos Ramos é, em 1968, arrendado à Cidla, tendo o arquitecto Terra de Motta procedido às alterações necessárias para a nova função, que foram concluídas em 1971.

Num tributo ao plano de reconstrução pombalina da cidade pensou-se que a Praça ganharia com uma proposta integradora que se começa a definir no pedido de licenciamento para a edificação a partir da sede da Companhia de Seguros L'Urbaine (CML, A.O. n.º 35357, Praça Marquês de Pombal, n.º 14) que, aliás, deveria ser estendida a todas as outras partes da Rotunda. Em 1957 o presidente da Câmara Municipal de Lisboa em exercício louva o resultado a que se chegou quanto ao arranjo arquitectónico «merecedor como foi de concordância geral por parte das caracterizadas personalidades convidadas». Estava em causa «assegurar o indispensável espírito de unidade do conjunto a edificar e o absoluto respeito por condições panorâmicas e artís-

Projecto do alçado principal na Praça Marquês de Pombal, n.º 2 (Palacete do Dr. António Lencastre e futuro Clube Militar Naval), 1893 (Processo de Obra n.º46.392, CML, A.O.)

Praça Marquês de Pombal, 3 e 4, prédio que torneja para a Rua Braamcamp. Anterior a 1940. Fotografia de Kurt Pinto. Arquivo Fotográfico Municipal

Perspectiva do projecto de adaptação para instalação da TAP – Secção de Venda, na Praça Marquês de Pombal, n.º 3, 1963. Arq. Francisco Azancot Kerí (Processo de Obra n.º25.975, CML, A.O.)



ticas fundamentais para a cidade.» (Diário Municipal n.º XXIII, 30 de Agosto de 1957).

O pressuposto defendido por Carlos Ramos era a mais-valia que justificava a lógica global das intervenções «a real beleza dos conjuntos fazia esquecer certa nobreza dos pormenores» (Gomes, P.V., *A Cultura Arquitectónica e Artística em Portugal no século XVIII*, 1988, p. 133).

Sublinhe-se contudo que o desenho dos alçados e a elegante horizontalidade que caracteriza a sua proposta pode adivinhar-se já nos desenhos que efectuou para a remodelação do Rossio em 1934, uma derivação do movimento modernista à alemã como a imprensa comentou na época.

A criação da fachada tipo, repetível a todo o perímetro, tem sido criticada. É impressão generalizada entre colegas, que o projecto de Carlos Ramos, sereno e sistematizado, resulta pesadão e falho de imaginação; há uns trinta anos, (agora actualiza-se para cinquenta) que é seguido, certamente como «o plano possível» (Fernandes, J. M., *Op. cit*, p. 98). Foi igualmente classificado de solução mole e sem expressividade, (Ana Tostões, 1997) e Pedro Vieira de Almeida comenta que o estudo final resulta com muito menor vigor expressivo.

Rotunda esquina Avenida Duque de Loulé

O palacete que torneja a Avenida Duque de Loulé inscrevia-se organicamente no desenho da praça e projectava com apreciável monumentalidade o seu corpo cilíndrico através de uma varanda corrida que o acompanhava no piso nobre. Em marcação vertical a cúpula com aberturas amansardadas transmitia uma dinâmica de volume. Poderá denotar dispositivos de linguagem compositiva do arquitecto Adães Bermudes (1864-1947). A estrutura planimétrica tem alguma proximidade com a residência que na propriedade do Dr. António Lencastre localizada na outra esquina com a Rua Braamcamp.

O prédio situado entre o Palacete Seixas e o palacete de esquina com a Duque de Loulé era conhecido como prédio da Federação Portuguesa de Futebol, já que aqui se encontrava sedeada esta instituição a partir de 1954. Tendo acolhido uma intervenção de alterações que os arquitectos Pires Martins e Palma de Melo dirigiram (CML, A.O., processo de obra n.º 60118). No seu rés-do-chão direito estava instalado o estúdio fotográfico San Payo que durante décadas foi escolhido para retratos pessoais de grandes figuras. Em 1974 dá-se início ao seu processo de demolição.

Era o equivalente ao prédio de Ventura Terra no centro do quarto de círculo a poente da praça. Conjugava com o Palacete Seixas uma procura de alinhamento contextual. Constitui uma tipologia híbrida de moradia/prédio de arrendamento na procura de respostas do mercado imobiliário às

Palacete onde esteve instalado o Quartel-General e depois a Obra das Mães para a Educação Nacional, na esquina da Rua Joaquim António de Aguiar, 1910. Fotografia de Joshua Benoliel. Arquivo Fotográfico Municipal

exigências de crescimento populacional. O emprego de cantaria, nas pilastras, cimalhas, vergas e ombreiras denunciam a preocupação de enriquecimento que a construção deveria ostentar.

Com o arranque do século depois do sucesso estrondoso da Feira Franca em 1898 a activação do surto construtivo da Avenida e dos bairros limítrofes torna-se imparável. Havendo já três palacetes na Rotunda, o primeiro do conde de Sabrosa no arranque da Fontes Pereira de Mello, do final do século XIX, o segundo, no gaveto com a Rua Braamcamp do Dr. António Lencastre, cujas obras terão iniciado em 1893, e o terceiro contíguo a esta residência.

Assim, em 1900, estava em adiantada fase de edificação o que vem a ser denominado o Palacete Seixas situado num talhão de grande área de terreno na extremidade direita da avenida, a contornar a Praça Marquês de Pombal e com acesso na retaguarda pela Rua Rodrigues de Sampaio (v. CML, A .O ., processo de obra n.º 3298).

A promotora de construção foi D. Carmen Grazilla Castilho da Rocha, mas já em 1908 ele é vendido a um activo comerciante e proprietário Carlos Seixas(1873-?). É de admitir, que as pequenas adições ao edifício residencial introduzidas por este, signifiquem que a construção do palacete estaria praticamente concluída naquela data.

A elegância dos tramos marcados pelas duplas pilastras terminadas no primeiro andar por capitais compósitos, o par de janelas de volta

perfeita geminadas, que se abrem de cada lado do gaveto e os óculos iluminantes abertos na cobertura amansardada configuram-lhe uma matriz classicizante de sintaxe arquitectónica com ressonância no ecletismo francês do final do séc. XIX. O mirante que lhe rematava a clarabóia central na sua configuração de minarete islâmico é dissonante à estrutura arquitectónica, mas a sua estilização de coreto em miniatura, assentava com aceitável leveza e registo poético no remate geométrico da cobertura.

Hoje, é a sede do Instituto Camões, depois do palacete ter sido adquirido pelo Estado em 1997 e promove-se, com coordenação dos arquitectos Castro Nunes e António Braga uma intervenção de restauro e ampliação de grande escala adequada às funcionalidades e aos importantíssimos objectivos culturais desta instituição.

Logo no final do século XIX (1894), acompanhando o impulso construtivo da avenida e da rotunda é projectada uma residência unifamiliar, tipo palacete, que pertencia ao homem de negócios António de Souza Carneiro Lara (CML, A. O., processo de obra n.º 3144). Insistindo no pedido de autorização para demolição deste palacete, a partir de 1947 esta é conseguida no ano seguinte, com a condição de reconstrução respeitar o plano global do arquitecto Carlos Ramos.

No terreno anexo ao Palacete Lencastre, pretendeu edificar-se um grande prédio designado, pelas suas ambições sumptuárias ancoradas numa percursora filosofia de marketing que o dinamismo do pós-guerra fazia implementar em Lisboa, de Palácio da Rotunda. Foi seu autor o arquitecto Pardal Monteiro (1897-1957) e aparece datado de 1952, o ano em que projectou o grande Hotel da Rotunda, depois Hotel Ritz.

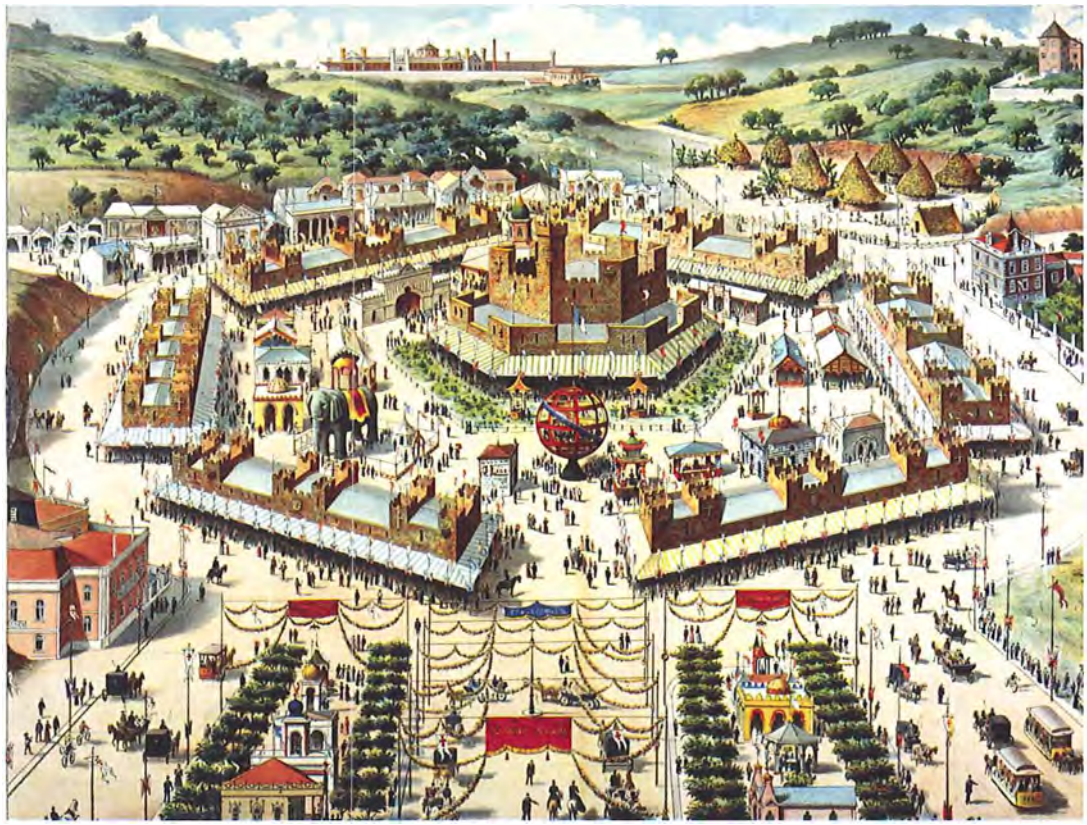
Era incipiente a organização e a capacidade financeira das «empresas que se dedicam à construção de imóveis de rendimento» (v. Memória Descritiva do processo de obra n.º 3144, CML, A.O.) de que decorria a hesitação sobre o investimento pela falta de previsão do retorno que daí poderia advir. Mas o projecto era inovador e vai emergir um prédio que pretendia ser exclusivamente para fins comerciais e não residenciais.

Se bem que o terreno ficasse na área abrangida no plano geral de arranjo da Praça Marquês de Pombal elaborado pelo arquitecto Carlos Ramos o projecto queria modular os escritórios comerciais e distribuir lojas por andares, o que apontava para a tipologia precoce do *Shopping Center*. Registe-se também a preocupação com a existência de muitas «vitrines» e com estabelecimentos nas zonas de circulação. O espaço era igualmente pensado como possível extensão do Hotel Flórida que nascia ao lado. Outro factor inovador mostrava-se nas passagens interiores e numa praça que ligava com a Rua Duque de Palmela, sendo de esperar que ela tornasse «mais atraente» a sumptuosa entrada do hotel. Curiosamente a composição das fachadas diferia em muito do projecto regulador com a marcação rítmica de tramos mais retórica e ao gosto do discurso arquitectónico de Pardal Monteiro para edifícios públicos. A grelha compositiva da fachada deriva do alçado do edifício do Diário de Notícias (1936) localizado na Avenida da Liberdade e da sede do Banco de Portugal para a Rua de São Julião que não chegou a ser construído (v. Caldas, João V., Porfírio Pardal Monteiro, Arquitecto, AAP, Lisboa, 1997).

Depois da morte do arquitecto Pardal Monteiro, em 1958, inflectiu-se a proposta com submissão do desenho das fachadas sobre a Rotunda ao *lay-out* geral e os arquitectos responsáveis pela obra passam a ser Anselmo Fernandes e Jorge Ribeiro Ferreira Chaves.

Mas voltemos ao edifício do Ritz que territorialmente e simbolicamente se encontrava na área de influência nobilitante da Rotunda do Marquês.

Alexandre Almeida obteve autorização da Câmara Municipal de Lisboa para a construção de um Hotel Palace na Rotunda em 1930, como



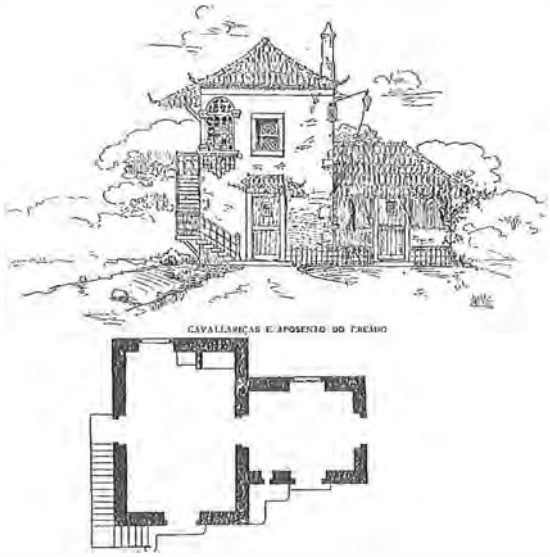
A Feira Franca na Avenida da Liberdade por ocasião do 3.º Centenário da Descoberta da Índia. Litografia. 1898, J.R. Cristino e Roque Gameiro. Museu da Cidade

vimos, que veio posteriormente, em 1934, a ser anulado.

A ideia do levantamento de uma unidade hoteleira de grande envergadura manteve-se latente até que por iniciativa do secretário de Estado da Informação e Turismo se colocou abertamente a necessidade de o concretizar. Sob o patrocínio do Dr. Salazar que motivou um grupo de financeiros e empresários à construção de um equipamento de luxo que fazia falta à cidade. Terá sido Ricardo do Espírito Santo a liderar a iniciativa para o que foi constituída a empresa SODIM, que reuniu dez grandes figuras, nas quais se listavam Ricardo e Manuel Espírito Santo e Manuel Queirós Pereira. O projecto foi pedido ao arquitecto. Porfírio Pardal Monteiro que nas primeiras versões o designou de Grande Hotel da Rotunda situado no arruamento definido a poente, com a estruturação das áreas adjacentes ao Parque Eduardo VII.

A autonomia do bloco construtivo e a clareza estrutural das suas fachadas erguem-no num compromisso com o discurso da modernidade que reflecte a síntese compositiva do seu trajecto, na que foi a sua última obra. Acusando a solidez arquitectónica que a unidade hoteleira de maior ambição na cidade requereria, a proporção e o ritmo que a forma paralelipédica enuncia.

O Clube Militar Naval esteve instalado no n.º 2 da Praça Marquês de Pombal cerca de cinquenta anos. O palacete foi adquirido em 1935 ao conde de Castelo Mendo, que por sua vez aqui



Projecto de cavalariças e aposentos para o criado, da autoria do Arq. Norte Júnior, a construir no «Parque do Exmo. Senhor Conde de Sabrosa - Praça Marquês de Pombal», in *Construção Moderna*, 20.06.1903, n.º 99

passara a residir em 1929. Naquela data o proprietário passou a ser o Crédito Predial Português, que o arrendou à Marinha (v. CML, A. O., processo de obra n.º 61853). Em 1989 foi demolido após uma violenta polémica entremeada com um pedido de classificação ao Instituto Português do Património Cultural. O clube veio a ser transferido, aproveitando alguns elementos decorativos, para a Avenida Defensores de Chaves, n.º 3.

O palacete terá sido o primeiro prédio a ser construído, na recém-criada Praça Marquês de Pombal, logo em 1893. Já que a construção do que vem a ser o Palacete Sabrosa se projectava na Fontes Pereira de Mello, em 1886 abre-se oficialmente a avenida e o desfile de casamento de D. Carlos (1857-1945) efectua-se também aqui. O Dr. António de Lencastre (1857-1945) era o médico dos príncipes e a escolha do lugar para vir a construir a sua residência não deve estar desligada desta ocorrência, onde a expansão da cidade se desenha e a oportunidade de novos espaços necessariamente surge. O edifício exteriormente ecoava um equilíbrio francês na linha do gosto Luís XVI, em combinação com pormenores vernaculares como sejam as pequenas aletas do óculo sobrepujante da entrada principal, obviamente tributária da arquitectura chã. No interior, pelas fotografias publicadas no suplemento do *Diário de Notícias*, 2 de Junho de 1985, por certo produto de enriquecimentos artísticos posteriores vemos alguns ornatos manuelinos muito carregados e uns vitrais de tema mitológico encomendados em 1894 na Suíça, Zurique, a Adolf Kreuzer.

Fotografa aérea da Praça Marquês de Pombal em 1934 – veja-se a implantação urbana do Palacete Sabrosa. Pinheiro Correia, 1934. Arquivo Fotográfico Municipal

O prédio da esquina da Rua Braamcamp, que aqui mostrava uma grande fachada era a construção de maior envergadura da rotunda. A cota regulava pelo anterior prédio de rendimento de Ventura Terra e pela sua monumentalidade e curvatura delicada do alçado principal, conferia uma marca urbana de presença discreta. Prédio de habitação tornou-se, com a evolução da cidade, em lugar de consultórios médicos e empresas de serviços. Sendo na prática uma justaposição de duas unidades, a sua impressiva extensão poderá

ter introduzido a seriação repetitiva de fachadas que o projecto de Carlos Ramos vem a adoptar.

No rés-do-chão foi instalada, em 1963, uma loja da TAP, principal centro de vendas da Companhia Aérea Nacional num momento de prosperidade comercial da empresa. O desenho modernista do arquitecto Frederico Azancot para este estabelecimento acentuava a importância de grandes montras e um surpreendente *lettering*, onde o friso da entrada conseguia eficazes efeitos de comunicação (CML, A. O., processo n.º 25975). Porém, o equilíbrio compositivo da fachada com tramos marcados ritmicamente por pilastras divisórias foi rompido.

Já em 1989 entrou na Câmara Municipal de Lisboa um pedido de demolição do edifício e actualmente (2003) encontra-se em construção um novo prédio que ocupa gigantesca área da praça e segue uma vez mais o macro plano de Carlos Ramos. Como exercício de disciplina e de cumprimento de uma proposta unificadora com cinquenta anos não deixa de ser surpreendente.

Datado de 1901 é o prédio, na altura considerado casa de aluguer, correspondente ao n.º 5, e que foi demolido recentemente, em 1998, depois de um lento processo de degradação patrimonial (v. Fernandes, J. M., Lisboa em Obra(s), Lisboa, 1997, p. 98). O alto *standard* da construção fazia com que cada andar, com duas habitações, tivesse jardim de inverno. Os inquilinos do rés-do-chão e do primeiro andar teriam além do mais jardim ao ar livre. A fachada, por seu turno, era revestida de mármore e azulejos numa elegante simetria servida pela estilização dos elementos arquitectónicos e frontão coroante. O seu autor foi Ventura Terra (1866-1919) que um ano antes ganhou o concurso para o pavilhão de Exposição Universal de Paris de 1900 (França, J. A. *A Arte em Portugal do séc. XIX*, vol. II, 1966, p. 143). Tornou-se um arquitecto muito solicitado e respondeu às encomendas mais diversas, com grande versatilidade, responsabilidade profissional e competência, que o seu treino parisiense de cinco anos junto de Victor Laloux ajudou a definir com esmero.

Considera-se que o palacete construído no arranque de Joaquim António de Aguiar era na sua implantação e articulação com os arruamentos, o menos conseguido. Pela sua estrutura classicizante de memória seiscentista e o seu frontão ou mega ática, em segmento circular, que inscrevia ornatos de volutas barroquizantes, pretendia inequivocamente uma afirmação arquitectónica significativa. O gradeamento e os pilares de suporte acentuavam a sua presença no lugar. Aqui esteve instalado o Quartel-General da Região Militar de Lisboa e depois foi sede da Obra das Mães pela Educação Nacional.

Em 1955 surge um projecto para a construção de um prédio de rendimento da responsabilidade dos arquitectos D. De Lima Franco e de M. Grizalez Pottier (CML, A. O., processo n.º 32.934).

Dois anos depois, os mesmos arquitectos responderam a uma outra encomenda de um novo programa, desta vez um hotel, que se passou a designar Hotel Fénix. Ainda hoje existe no lugar, não sem ter sofrido um processo de beneficiações orientadas pelo arquitecto Miguel Nobre Leitão.

1882-1934, meio século para erigir uma estátua ao reedificador de Lisboa é um apuramento desolador na avaliação que deve ser feita quando o Estado quer promover os seus maiores.

As brumas políticas, os ressentimentos partidários e as forças ocultas emergiam ou boicotavam aberta ou clandestinamente a justa homenagem, num contexto de expansão urbana, que nascera no primeiro centenário da morte do Marquês (1882).

A aprovação do plano unificador de Carlos Ramos para a rotunda é um exercício que se transfere positivamente da reconstrução pombalina e o consenso estabelecido deve ser louvado. Decorrem as obras de construção no terreno do último edifício a ser demolido na praça, e cinquenta anos passaram. Retomar a proposta Carlos Ramos é ainda um acto de disciplina que devemos conti-

Perspectiva do edifício na Praça Marquês de Pombal, n.º 12,1959. Arq. Carlos Ramos (Processo de Obra n.º 36.805, CML, A.O.)

nuar a sublinhar ou a criação arquitectónica não exigiria que a questão fosse amplamente discutida nas diferentes áreas envolvidas na evolução do urbanismo e de arquitectura da capital?

1873 • Defesa da abertura da Avenida da Liberdade pelo conde de Valbom, então ministro das Obras Públicas.

1874 • Ramalho Ortigão critica abertura da Avenida.

1876 • Proposta para a construção da ponte sobre o rio Tejo, Miguel Pais.

1878 • Rosa Araújo, presidente da Câmara de Lisboa.

1879 • Inauguração solene dos trabalhos da Avenida da Liberdade. Proposta de Luciano de Castro para a reforma do Ensino Artístico (decretada em 1881); separação entre a Escola e a Academia.

1879 • Início da abertura da Av. da Liberdade (Ressano Garcia). No projecto: «construção da primeira parte da avenida que segue no prolongamento do mesmo Passeio Público com toda a largura deste, terminando em uma praça circular de 200 metros de diâmetro de onde irradiam 4 ruas com 30 metros de largura, uma para o largo do Rato, outra para a Penitenciária e Entre Muros, outra para Santa Marta e finalmente outra para o Campo Grande e Benfica (...)» (in *Do Passeio à Avenida*, pp.71 e 90).

1880 • Obras de urbanização do Bairro Camões (Conde Redondo); festejos camonianos.

1881 • Grande exposição de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola.

1882 • Obras de urbanização do Bairro Barata Salgueiro.
Ideia do monumento ao Marquês de Pombal (1.º centenário da sua morte). 34 anos depois (1914): organizou-se o concurso para apresentação de projectos.
Cortejo pombalino, com carro alegórico de José Luís Monteiro; este torna-se professor da Academia de Belas Artes.
Construção metálica do Mercado da Praça da Figueira (concluído em 1885).

1884 • Apresentada proposta para instalação de linhas-férreas de carros eléctricos na Av. da Liberdade, passando pela Praça Marquês de Pombal até S. Sebastião.
Criação do Museu de Belas Artes nas Janelas Verdes.

1885 • Miguel Paes propõe extensão da Av. da Liberdade até Penitenciária (Estrada da Circunvalação, actualmente Rua Marquês da Fronteira); a avenida ficaria com 2270m, mais 1000m do seu comprimento actual).
Novo desenho para a estrada da circunvalação.

1886 • Abertura solene da Av. da Liberdade (inaugurada a 28 de Abril, ainda por concluir, com 90 m de largura e 1273 m de comprimento).
Construção da Estação de Caminhos-de-Ferro de Lisboa, Rossio (conclusão 1887).
Concessão do título ao Marquês da Foz.

1886 • Inauguração do Monumento dos Restauradores, projectado em 1882.

1887 • Morte de Fontes Pereira de Mello.

1887-1888 • Abertura de concurso internacional para o Parque da Liberdade, «entre as ruas que se dirigem para a Penitenciária e para *Bemfica*, a praça circular e a estrada da Circunvalação rectificada, medeia um espaço de mais de 38 hectares que deverá ser aproveitado para jardim» (in *Do Passeio à Avenida*, p.144), ganho pelo francês Henri Lusseau, mas que não foi concretizado.

1888 • Lançamento da 1.ª pedra ao monumento a Fontes Pereira de Mello (não concluído).
Concurso internacional para o arranjo do Parque da Liberdade, sob plano de Ressano Garcia e José Luís Monteiro, que inclui a construção de um grande edifício para exposições e um casino ou café-concerto, projectos que não foram concretizados.
Exposição internacional Industrial, pavilhão do J. Luís Monteiro.

1889 • Inauguração do sistema de candeeiros de arco voltaico de Jablochkoff (a luz eléctrica já tinha sido utilizada em 1880 nos festejos do centenário de Camões e inauguração do Bairro Camões, e nos

centenários do Marquês de Pombal em 1882, de S. António em 1895 e da Índia em 1898).

1890 • Praça de Touros do Campo Pequeno (Arq. J. Dias da Silva).

1893 • Morte de Rosa Araújo.

1898 • Feira Franca da Rotunda por ocasião do Centenário da Descoberta da Índia.

1899-1909 • Definição urbana da Praça Marquês de Pombal.
Edificação formal da Praça (rotunda), já projectada em 1882 com o Parque, as avenidas a poente e oriente, a Av. da República e o Palácio da Justiça (previsto para a zona do lago do parque).

1900 • Início da construção do Palacete Seixas.

1903 • Renomeado o Parque da Liberdade para Parque Eduardo VII, por altura da visita do rei inglês.

1905 • Retoma-se a ideia de Subscrição Pública para a erecção da estátua ao Marquês de Pombal; comissão presidida pelo Conselheiro Veiga Beirão.
Projecto para a construção do grande edifício na zona envolvente ao Parque Eduardo VII.

1906 • Carris-de-Ferro inicia a carreira de «tracção mecânica» entre o Rossio e o Campo Pequeno.

1910 • Começo da plantação da Estufa Fria.

1913 • Lançamento do concurso para a construção da estátua do Marquês de Pombal onde foram apresentados 14 projectos.

1914 • Escolha do projecto dos escultores António Couto e Francisco Santos com arquitectura de Adães Bermudes.

1915 • Ajardinamento do Parque Eduardo VII.

1916 • Demolição da Quinta da Torrinha.

1917 • 13 de Maio: Lançamento da 1.ª pedra da Estátua do Marquês de Pombal.

1924 • Repetição da cerimónia do lançamento da 1.º pedra da estátua do Marquês de Pombal, com discurso de Bernardino Machado e de um descendente do Marquês de Pombal.

1925 • Arranque definitivo das obras da estátua.

1926 • Projecto de arranjo paisagístico do Parque Eduardo VII, de Forrester.

1929 • Compra do Palácio Sabrosa para a construção de uma unidade hoteleira.

1930 • Aprovação da construção de um hotel ao empresário Alexandre Almeida.

1931 • Inaugurado a 22 de Novembro Monumento aos Mortos da Guerra, na Avenida da Liberdade, do escultor Maximiano Alves.

1931/1932 • Construção do Pavilhão dos Desportos no Parque Eduardo VII.
Projecto de 1921 para a exposição do Rio de Janeiro dos Arquitectos Guilherme e Carlos Rebello de Andrade.

1932 • Projecto de arranjo geral do Parque Eduardo VII de autoria do arquitecto Cristino da Silva.
O presidente Carmona visita as obras em curso na Rotunda para a colocação da estátua.

1933 • Assentamento final da estátua.

1934 • 13 Maio: inauguração da estátua do Marquês de Pombal.
Estátua de pedra e bronze, de 40 m de altura (figura do marquês: 10 m).

1937 • Venda do Palácio Sabrosa à Companhia de Gás.

1952 • Apresentado projecto do Arq. Pardal Monteiro, de acordo com o plano de Carlos Ramos, do Palácio da Rotunda (Proprietária: Imobiliária Palácio da Rotunda, SCRL).

1956 • Obras do Metropolitano na zona do Marquês de Pombal; inauguração em 1959.

1989 • Demolição do n.º 2 da Praça Marquês de Pombal (Antigo Clube Militar Naval).

2002 • Obra de conclusão do edifício da Praça Marquês de Pombal, n.º 3, segundo projecto de Carlos Ramos.

2003 • 18 Agosto: início das obras do túnel do Marquês de Pombal.